Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

ATA Nº 7

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida em Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Auditório de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

1 – Aprovação das Atas de Assembleias Anteriores. ----------

2 – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2021. ----------

3 – Apreciação e Votação da 1ª Revisão ao Orçamento – Inscrição do Saldo de Gerência de 2021. ----------

4 – Apreciação ao Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da União de Freguesias. ----------

5 – Aprovação do Relatório Final do Concurso do Orçamento Colaborativo, sua calendarização e implementação das candidaturas a apoiar nos termos do nº 2 do artigo 6º do Anexo I do Contrato Interadministrativo. ----------

6 – Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de janeiro a 31 de março. ----------

Verificaram-se as seguintes presenças: ----------

Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Luís Rocha Pires Mendes Godinho, Augusto Artur Saldanha, Gianpiero Freire de Zignoni, Maria Inez Rocha Barata da Rocha Gagliardini Graça e Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto.

Partido Socialista – António Fernando da Silva Oliveira, Sandra Maria Ribeiro Mondim e Abílio Pereira dos Santos. ----------

Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, António Miguel da Costa Cardoso Antunes, Nuno Rodrigo Carvalho Fernandes e Inês Pires Moreira. ----------

Bloco de Esquerda – BE – Miguel Albergaria Furtado Semedo. ----------

CDU – Hugo Alexandre Lopes Ferro e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira.----------

Pessoas-Animais-Natureza – Natacha Gambini Doria Meunier.----------

Faltas: ----------

Partido Socialista – José António Teixeira. ----------

B.E. – Mário Augusto de Sousa Moutinho. ----------

Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: ----------

P.S. – José António Teixeira. ----------

B.E. – Mário Augusto de Sousa Moutinho e Teresa Marisa Alves Martins. ----------

CDU – João Duarte Gonçalves e Ana Rosa Barbedo Gonçalves. ----------

O Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente), Verónica Marta Stuve Veiga de Faria (Vogal Secretária) e os Vogais: Ângela Maria Fangueiro Cintra, Ricardo Jorge Loureiro Baptista, Matilde Maria Gomes Marques e Tiago João Peixoto Fonseca. ----------

Presidente da AF – Começa por cumprimentar todos os presentes e informa que vão dar início à Assembleia com a leitura do Edital. ----------

Mário Praça (1º Secretário Assembleia) – De imediato passa a ler o Edital. De seguida efetua a chamada. Após a sua leitura, informa o Plenário da Assembleia, que a Sra. Deputada do B.E., Bárbara Santos, solicita a suspensão do seu Mandato, por 1 ano, por motivos de trabalho no estrangeiro. Informa que ao fim de 1 ano, tem 2 opções: ou aparece, ou no caso de não aparecer é considerada ausente. Informa que neste momento, a sala está composta por 17 elementos. ----------

Presidente da AF – Informa que seguidamente vão entrar no Ponto 1 da O.T. "Aprovação das Atas de Assembleias anteriores". Elas foram enviadas atempadamente. Ata nº 2, do dia 21/12/2021, a Ata nº 3, de 30/12/2021 e a Ata nº 4, do dia 14/01/2022. Informa que vão entrar no período Antes da Ordem do Dia. A informação é entregue e no final dão a palavra às forças políticas para intervir, se assim estiverem de acordo. De imediato, dá a palavra ao Deputado Fernando Oliveira do PS. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Intervém, pois solicita à Mesa para fazer 1 Ponto de Ordem pois é uma figura regimental para poder vir aqui falar. Afirma que é uma intervenção rápida. Quer louvar a atitude da Assembleia e do Sr. Presidente de Mesa, por terem alterado a disposição da sala, pois assim estão muito melhor. Os Membros da Assembleia não estão de costas para os Membros do Executivo. Assim é que deve estar. ----------

Presidente da AF – No período Antes da Ordem do Dia, concede o uso da palavra ao Sr. Deputado Miguel Semedo do B.E. ----------

Miguel Semedo (B.E.) – Inicia a sua intervenção para ler a Proposta de Recomendação, um documento recente da ICOMOS, a qual fica anexa à Ata. ----------

Presidente da AF – Pergunta se alguém pretende intervir sobre esta Proposta de Recomendação. Como ninguém o pretende fazer, procede de imediato à sua votação que é a seguinte: Votos a favor: 11, sendo 4 do PSD, 3 do PS, 2 da CDU, 1 do B.E. e 1 do PAN. Votos contra: 5, do Aqui há Porto-RM. Abstenções: 1 do Aqui há Porto-RM. Esta Proposta de Recomendação é aprovada. ----------

De seguida autoriza a intervenção do 1º Secretário da Mesa da Assembleia a intervir. –

Mário Praça (1º Secretário da Mesa) – Intervém para afirmar que tem algumas dúvidas sobre este assunto. Entende que é graças a este evoluir dos Alojamentos Locais e não só, que a cidade do Porto catapultou para uma cidade que açambarca verbas para o turismo e fez com que a cidade do Porto, praticamente é recuperada à custa de zero dinheiro do Estado. Quer dizer isto e relembra que um dos grandes elementos que aqui defende, o próprio, ele em Lisboa, teve aquele caso de Alojamento Local que tanta polémica gerou aqui em Portugal. Não sabe como é que vem aqui apresentar esta situação. De qualquer maneira, isto não é aqui abrangido. Quando se é contra o Alojamento Local, nomeadamente contra aquelas pessoas que fizeram investimentos nos imóveis, agora querem-lhes tirar essa possibilidade de

fazerem o seu negócio. É só isto que tem para dizer. ----------

Presidente da AF – Pergunta se alguém quer intervir. Repete a votação da Proposta de Recomendação do B. E. ----------

Concede a palavra para intervir o Deputado Miguel Semedo do B.E. ----------

Miguel Semedo (B.E.) – Intervém para responder ao Deputado do Aqui há Porto – RM, que no ponto de vista do B. E. que o lamentar não é proibido. É até de estranhar que se pense que o regulamentar é até proibido numa cidade, num estado de Direito. -------

Presidente da AF – Intervém para informar que vão passar à Recomendação proposta pelo PAN. Solicita à Deputada Natacha, para efetuar a sua leitura. ----------

Natacha Meunier (PAN) – Intervém para ler a Recomendação intitulada "Por um plano plurianual de promoção do bem-estar animal e implementar pelo Executivo da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, em cumprimento do disposto na Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro", a qual fica anexa à Ata. ----------

Presidente da AF – Pergunta se alguém pretende pronunciar-se sobre este documento. Dá a palavra para intervir à Deputada Sandra Mondim, do PS. ----------

Sandra Mondim (PS) – Começa a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirma que o PS, mas também pretende falar não só como Membro do seu partido e também dos camaradas aqui presentes, mas em seu nome pessoal devido à experiência que tem nesta matéria. Afirma que concordam com esta Proposta do PAN, mas quer acrescentar algo mais e daí falar em seu nome pessoal, porque antes do PAN ser PAN, já ela própria andava na causa animal e conhecia muitas das pessoas que pertencem agora ao partido e felizmente que são seus amigos e que continuam nestas lutas e nestas causas. Quer acrescentar algo a esta proposta apresentada pela Sra. Deputada do PAN. Relativamente às várias situações que a Junta poderá de facto ajudar e sempre em colaboração direta com a Câmara, aqui engloba o seguinte, pois entende que é um trabalho interessante e que a Junta irá conseguir. Afirma que nesta União de Freguesias, existem casas abrigo. Muitas vezes, pensa que é do conhecimento de todos, porque muitas das vítimas não saem de casa, para não deixarem os seus animais de estimação. Uma destas valências pode ir diretamente para essas situações. Obviamente com o devido sigilo que estes casos sempre devem absorver. Entende que a Junta pode ser um meio também, para auxiliar as vítimas de violência doméstica. A poderem ter consigo os seus animais, a não haver esse afastamento e a evitar a manutenção das pessoas nas suas casas, muitas vezes devido a essa situação. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Deputado Gianpiero. ----------

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto - RM) – Afirma que por parte do Movimento, o cumprimento da lei é fundamental, mas, no entanto, há 2 pontos. Informa que receberam este documento agora, na entrada para esta Assembleia e não tiveram tempo para se debruçarem sobre ele. De seguida quer congratular a Deputada do PS, na proposta efetuada, sobre a Proposta apresentada pelo PAN, com o qual este Movimento se identifica, mas o sentido de voto é abstenção por não terem tido tempo de estudarem a Proposta apresentada pelo PAN. ----------

Presidente da AF – Pergunta se mais algum Sr. Deputado pretende intervir. Como ninguém o pretende fazer, de imediato se passa à votação, cujo resultado é o seguinte:

Votos a favor: 7, sendo 3 do PS, 2 da CDU, 1 do B.E. e 1 do PAN. Votos contra: 0. Abstenções: 10, sendo 6 do Aqui há Porto-RM e 4 do PSD. Esta Recomendação é aprovada. ----------

De seguida passa para o voto de Pesar, proposto pelo PS. De imediato dá a palavra à Sr. Deputada Sandra Mondim, do PS para intervir. ----------

Sandra Mondim (PS) – Intervém para ler o voto de Pesar, o qual fica anexo à Ata. -------

Presidente da AF – Intervém para perguntar se algum Sr. Deputado pretende intervir. Dá a palavra ao Deputado Gianpiero. ----------

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto – RM) – Intervém para afirmar que já muito é dito, apesar de ser sempre insuficiente em função do trabalho que o Sr. Presidente da Mesa desenvolveu, o Movimento Aqui há Porto, quer associar-se a este voto de Pesar e agradece o seu texto à Deputada do PS. ----------

Presidente da AF – Pergunta se algum Deputado pretende intervir. Como ninguém o pretende fazer, de imediato se passou à votação. O mesmo é aprovado por unanimidade. De imediato é guardado 1 minuto de silêncio. ----------

De seguida informa que vão passar ao documento seguinte, que é um voto de saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio, apresentada pelo PS. ----------

Sandra Mondim (PS) – Interveio para ler o voto de saudação, o qual fica anexo a esta Ata. ----------

Presidente da AF – Informa que não é necessário proceder à votação, mas se algum Deputado quiser intervir, pode fazê-lo. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Intervém só para fazer uma ligeira precisão. Alguém fez uma referência a 1891, sobre a manifestação em França, mas a verdade é que o 1º de Maio, foi declarado Dia do Trabalhador, como o dia de evocação dos massacres de Chicago, em 1889, no congresso da Internacional Operária. É só essa precisão. ----------

Presidente da AF – Intervém para dizer que é proposta esta correção, da data de 1890 para 1889 e se alguém vota contra. ----------

Colocada a votação, o mesmo é aprovado por unanimidade. ----------

De seguida informa que vão passar ao voto de saudação ao 25 de Abril e chama a atenção para o cabeçalho, pois deve ter sido elaborado um pouco à pressa. Informa que este voto de saudação, é do Movimento Aqui há Porto. Dá a palavra para intervir ao Deputado Luís Godinho. ----------

Luís Godinho (Aqui há Porto – RM) – Afirma que o documento não é feito à pressa. ----

Presidente da AF – Afirma que se refere à pressa, porque falha o cabeçalho, é preciso corrigir o formalismo. Se o documento fosse elaborado com mais tempo, tinha o cabeçalho. ----------

Luís Godinho (Aqui há Porto – RM) – Intervém para ler o voto de saudação ao 25 de Abril, o qual fica anexo a esta Ata. ----------

Presidente da AF – Pergunta se algum Deputado pretende intervir. De seguida dá a palavra ao Membro da Assembleia, Miguel Semedo, do B.E. ----------

Miguel Semedo (B.E.) – Intervém para informar que o B.E. se vai abster na votação deste voto de saudação. Saúdam o 25 de Abril, mas não podem subscrever o texto deste voto de saudação, porque inclui uma certa vontade de reescrever a História, de apagar o facto de que há de verdade heróis revolucionários do 25 de Abril, existem partidos que lutaram na clandestinidade pelo 25 de Abril. Existem pessoas que durante

a Ditadura, lutaram pela liberdade e democracia e também houve pessoas que não lutaram. O 25 de Abril tem uma História e essa História não precisa de ser reescrita ou apagada. ----------

Presidente da AF - De imediato dá a palavra ao Deputado Fernando Oliveira. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Afirma que a sua intervenção é no sentido daquela que foi agora feita pelo companheiro da Assembleia do B.E. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Afirma que a sua intervenção é no sentido daquela que foi agora feita, pelo companheiro da Assembleia do B.E. Porque de facto, este 3º parágrafo deste documento, parece que se quer aqui escamotear alguma coisa. De seguida diz o seguinte ao Sr. Deputado: o 25 de abril teve heróis, por muito que o Sr. não queira. O 25 de abril, como diz e bem, é de todos. Mas teve heróis e é graças ao 25 de abril que existem partidos também. Até existem movimentos de cidadãos independentes, como é o caso daquele que o Sr. faz parte. Não faz muito sentido, numa saudação ao 25 de abril meter isto aqui, para tentar inquinar a votação deste documento. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Deputado Luís Godinho. ----------

Luís Godinho (Aqui há Porto RM) – Intervém para dizer que o texto não quer apagar a História, o texto simplesmente quer mostrar que não podemos continuar sempre a voltar aos heróis de abril, para tentar justificar aquilo que não se consegue fazer nos dia de hoje.----------

Presidente da AF – Pergunta se mais algum Deputado pretende intervir. Como não se inscreve ninguém, passa de imediato à sua votação, que é a seguinte: Votos a favor: 9, sendo 6 do Aqui há Porto RM, 2 da CDU e 1 do PSD. Abstenções: 8, sendo 3 do PS, 3 do PSD, 1 do B.E. e 1 do PAN. Votos contra: 0. Este Voto é aprovado. ----------

De seguida, informa que vão passar à Moção "Comemorar o 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores", apresentada pela CDU. De imediato dá a palavra ao Deputado Vítor Vieira. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Inicia a sua intervenção por ler a referida Moção, a qual fica anexa a esta Ata. Aproveita este momento, para convidar não só a estarem presentes no 1º de Maio, mas enquanto sindicalista, convidar a estarem todos presentes, pelas 21h de amanhã, em frente à estação de S. Bento. É nesse local, onde vão ser singelamente homenageados os 2 trabalhadores que em 1982, foram assassinados a tiro pela polícia, num quadro de 1 ataque aos direitos dos trabalhadores, da Comemoração do 1º de Maio. Felizmente, foi conseguida ultrapassar o 1º de Maio e continua a ser celebrado na Avenida dos Aliados. ----------

Presidente da AF – Pergunta se algum Deputado pretende intervir sobre esta Moção. Ninguém se inscreveu para se pronunciar sobre este documento. De imediato procede-se à sua votação, cujo resultado é o seguinte: Votos a favor: 11, sendo 4 do PSD, 3 do PS, 2 da CDU, 1 do B.E. e 1 do PAN. Abstenções: 6, do Aqui há Porto – RM- Votos contra: 0. Esta Moção foi aprovada. ----------

De seguida, informa que vão passar a 1 Voto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, apresentada pela CDU. De imediato dá a palavra ao Deputado Hugo Ferro. ----

Hugo Ferro (CDU) – Inicia a sua intervenção para ler o respetivo Voto de Homenagem, o qual fica anexo a esta Ata. ----------

Presidente da AF – Pergunta se algum Deputado pretende intervir sobre esta Moção.

Verificando-se que ninguém se inscreveu para o fazer, passa de imediato à votação, cujo resultado é o seguinte: aprovado por unanimidade dos presentes, com 17 Votos. - De seguida, informa que vão passar à Moção "Pela Paz", apresentada pela CDU. De imediato dá a palavra ao Deputado da CDU. ----------

Hugo Ferro (CDU) – Inicia a sua intervenção para ler o respetivo Voto de Homenagem, o qual fica anexo a esta Ata. ----------

Presidente da AF - Pergunta se algum Deputado pretende intervir sobre esta Moção. De seguida dá a palavra ao Deputado Gianpiero Zignoni. ----------

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto - RM) – Afirma que está contente por existir um reconhecimento após cerca de 1 mês de combates, que efetivamente há uma invasão do território ucraniano por uma potência estrangeira, pois é pedida a retirada das tropas russas, porque aparentemente isto já não é uma guerra, é o reconhecimento de uma invasão. Têm algumas reticências em relação à questão de confirmar o carater neutral da Ucrânia, porque isso apenas é uma decisão do povo ucraniano, que não deve ser imposta externamente. Quanto ao restante texto, há aqui mais uma vez uma menção e passa a citar: "E manifesta o seu pesar por todas as vítimas da violência e da guerra que desde 2014 decorre na Ucrânia", fim de citação. Obviamente que subscrevem isto com uma ressalva que efetivamente não é uma guerra, é uma invasão por uma potência estrangeira. Em relação a um país independente e reconhecido internacionalmente. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Deputado Miguel Antunes. ----------

Miguel Antunes (PSD) – Começa a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirma que as suas palavras são rápidas e curtas. Dá-lhe a nítida sensação de que estão num país em que existem duas CDU. Infelizmente, pelas palavras aqui proferidas, não há coerência e no fundo o traçar naquilo que se passa, ainda há muito bem pouco tempo. A bancada do PSD quer deixar claro é que muitas das vezes é preciso pensar naquilo que se diz, naquilo que se faz. Temos um determinado caminho e depois queremos branquear um outro caminho, atuando de uma forma mais pequena, de uma forma mais incisiva, temos de ter cuidado da forma como o fazemos e não há como escamotear nada. Temos de dizer as coisas como elas são e reconhecer os atos quando eles são bem feitos e quando não são tão bem feitos. ----------

Presidente da AF – Pergunta se mais algum deputado pretende intervir. De imediato dá a palavra à Deputada Sandra Mondim. ----------

Sandra Mondim (PS) – Intervém para deixar somente duas ressalvas. Uma prende-se com a intervenção do Sr. Deputado do Aqui há Porto – RM, pois isto guerra desde 2014, parece uma forma de contornar aquilo que se passa há mais de 2 meses, que é uma invasão. Uma invasão de um país soberano e não neutral. É basicamente isso. -----

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Deputado Miguel Semedo. ----------

Miguel Semedo (B.E.) – Afirma que o B. E. se vai abster apesar de concordar com a grande maioria do texto e com os princípios fundamentais do referido texto, mas não acham nem o tempo, nem o lugar para as suas deliberações. Não vai ser a Junta de Freguesia do Centro Histórico do Porto, que vai pedir a neutralidade da Ucrânia. Não lhes parece de todo o lugar nem o momento para este motivo. Por isso se vão abster, mas não votam contra. ----------

Presidente da AF – Pergunta se mais algum Deputado pretende intervir. Questiona se não existe nenhum pedido de alteração. De seguida dá a palavra para intervir ao Deputado Fernando Oliveira. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Afirma que relativamente a esta Moção, apresentada pela CDU, tem uma proposta de alteração a este documento. Caso aceitem, amigos como sempre. Se não aceitarem, mantêm a amizade, como é óbvio. Sugere, logo no início do texto, onde se lê e passa a citar: "É preciso pôr fim à guerra que tem lugar na Ucrânia, desde há 8 anos." Fim de citação. A sugestão do PS é que em vez deste texto, passa a dizer o seguinte: "É preciso pôr fim à guerra e à invasão que tem lugar na Ucrânia, desde há 2 meses a esta parte." Mais em baixo, no 3º parágrafo, onde se lê e passa a citar: "A única saída para este conflito que passa pela retirada das tropas russas pelo território da Ucrânia, pela defesa de conversações de Paz que estabilizem a relação entre os dois países e confirmem o carater neutral da Ucrânia na arquitetura de segurança europeia", fim de citação. Afirma que o PS sugere é que este parágrafo, termine nada mais nada menos onde diz e passa a citar: "Entre os dois países." Fim de citação. Tudo o que está para a frente, nesse parágrafo, seja retirado. Por último, no verso do documento, seja retirado na sua totalidade, o último ponto, ou seja, onde diz e passa a citar: "E manifesta o seu pesar por todas as vítimas da violência e da guerra, que desde 2014 decorre na Ucrânia", fim de citação. Isto porque se referem aqui, como também já o foi dito aqui, ao ano de 2014. ----------

Presidente da AF – Intervém para solicitar sucintamente ao Sr. Deputado os pontos que tira, que é para ficar registado. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Intervém para afirmar que logo no início do texto e passa a citar: "É preciso pôr fim à guerra", fim de citação. O PS pretende que seja acrescentado e à invasão e volta a citar: "Que tem lugar na Ucrânia", fim de citação, desde há 2 meses e não como diz a Moção, há 8 anos. No 3º parágrafo, onde começa e passa a citar: "A única saída para este conflito que passa pela retirada das tropas russas do território da Ucrânia, pela defesa de conversações de Paz que estabilizem a relação entre os 2 países e confirmem o carater neutral da Ucrânia na arquitetura de segurança europeia", fim de citação. A sugestão do PS é para retirar a partir de e passa a citar: "E confirmem o carater neutral da Ucrânia na arquitetura de segurança europeia", fim de citação. Sugere que este parágrafo termine "entre os 2 países". Daí para a frente, retirar. Por último, no verso do documento, o último ponto ser retirado.

Presidente da AF – Intervém para perguntar se estão todos de acordo com as alterações. De seguida dá a palavra para intervir ao Deputado Hugo Ferro. ----------

Hugo Ferro (CDU) – Afirma que não quer entrar aqui em considerações. Informa que foi militar durante 10 anos, no Exército Português. Entende que não estão ao mesmo nível sobre estas considerações militares. O que quer dizer deste documento é que isto é pela Paz, por todas as vítimas e não apenas as vítimas de há 2 meses. O caráter neutral da Ucrânia, podem abdicar dele, evidentemente, mas este manifesto de pesar, ou seja, o último ponto e passa a citar: "Por todas as vítimas da violência", fim de citação, nem querem abdicar dele. ----------

Presidente da AF – Intervém para dizer que a CDU não concorda com a retirada do ponto e passa a citar: "E manifesta o seu pesar por todas as vítimas da violência e da guerra, que desde 2014, decorre na Ucrânia, respeitando 1 minuto de silêncio em sua

memória.", fim de citação. Nas outras duas situações, o Sr. Deputado da CDU concorda. De seguida dá a palavra para intervir, ao Deputado Fernando Oliveira. --------

Fernando Oliveira (PS) – Afirma que a sua pergunta é para ficar esclarecida esta matéria. Pergunta se a CDU aceita corrigir logo a 1ª linha do texto. ----------

Presidente da AF – Intervém para afirmar que sim. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Informa que é para acrescentar a seguir à palavra "guerra" e a invasão. De seguida também "desde há 8 anos", há 2 meses. Afirma que ainda está na 1ª linha do texto. Volta a perguntar se a CDU concorda com as alterações da 1ª linha do texto que referiu. De seguida repete a 1ª frase do texto já com a devida alteração e que é a seguinte: "É preciso pôr fim à guerra e à invasão que tem lugar na Ucrânia, há 2 meses". Foi o que sugeriu há pouco. ----------

Presidente da AF – Intervém para dizer que é isto que é sugerido. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Tendo em conta que esta é a sua sugestão, pergunta se estão dispostos a alterar isto, neste sentido. ----------

Presidente da AF – Afirma que não é isso que percebe e mais pessoas também não percebem. Afinal, logo na 1ª linha, não é conclusiva a opinião da CDU, pois quer que se mantenha "desde há 8 anos". Assim, o que se evita de facto a invasão, é retirada da linha conforme o carater neutral da Ucrânia e a última que não se retira. ----------

De seguida dá a palavra ao Deputado Fernando Oliveira, para intervir. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Afirma que muitas pessoas a falar ao mesmo tempo, dá nisto. "É preciso pôr fim à guerra e à invasão que tem lugar na Ucrânia e que nunca devia ter começado". A sugestão é acrescentar "e a invasão" e tirar aqui a referência quer aos 8 anos, quer aos 2 meses, que aqui é falado. O outro mantém-se e confirmam o carater neutral da Ucrânia. O último ponto que sugere é para ser retirado na totalidade. Afirma que a sugestão do PS alterou um pouco e é no sentido só de retirar "desde 2014" e passa a citar: "e manifesta o seu pesar por todas as vítimas da violência da guerra que decorre na Ucrânia", fim de citação. Esta é a sugestão do PS. ----------

Presidente da AF – Pergunta se todos percebem qual é a sugestão. Afirma que só quer repetir a 1ª parte e passa a citar: "É preciso pôr fim à guerra e à invasão que tem lugar na Ucrânia", fim de citação. De seguida volta a citar: "Que nunca deveria ter começado", fim de citação. O resto é tudo igual. No último parágrafo do verso do documento, estão todos de acordo. Pergunta se alguém vota contra após estas alterações. De seguida é colocada a votação, cujo resultado é o seguinte: Votos a favor: 8, sendo 2 do Aqui há Porto-RM, 3 do PS, 2 da CDU e 1 do PSD. Abstenções: 8, sendo 3 do Aqui há Porto-RM, 3 do PSD, 1 do B.E. e 1 do PAN. Votos contra: 1 do Aqui há Porto-RM. De imediato é guardado 1 minuto de silêncio. Esta Moção é aprovada. ---

De seguida dá a palavra para intervir o 1º Secretário da Mesa. ----------

1º Secretário da Mesa – Intervém para fazer uma Declaração de Voto. Afirma que o seu voto é contra, porque não entende a CDU não ter assumido uma condenação à invasão e como tal entende que deve votar contra. Na sua opinião, isto é um atentado, entrar num país neutral, não tem nada a ver com a invasão. É uma invasão, por isso não está na sua opinião, não ver da parte da CDU uma condenação clara a esta invasão. Afirma que é só por essa razão que vota contra, a Paz com certeza, venha sempre ela. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Deputado Miguel Semedo. ----------

Miguel Semedo (B.E.) – Afirma para que fique em Ata, o B.E. vai enviar a Declaração de Voto de abstenção para o Sr. Presidente da Assembleia, mais tarde. ----------

Presidente da AF – Pergunta se mais alguém pretende intervir. Como ninguém se inscreve, afirma que vão entrar na O.T. Volta a perguntar se alguém pretende fazer 1 Ponto de Ordem à Mesa. De seguida dá a palavra para intervir o Deputado Luís Godinho. ----------

Luís Godinho (Aqui há Porto–RM) – Afirma que houve uma conferência de líderes, antes desta reunião e falaram da alteração desta O.T. Combinaram passar o Ponto 5, para o Ponto 4, mas dado o adiantado da hora, solicita que esta Assembleia delibere, para trocar o Ponto 5 para o Ponto 1, porque é muito importante que este relatório final seja aprovado, ainda este mês. Dado o adiantado da hora, pensa que é muito difícil cumprir a O.T. que existe aqui. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Deputado Fernando Oliveira. ---------

Fernando Oliveira (PS) – Afirma que não compreende bem a intervenção do colega Luís Godinho e por tal motivo solicita esclarecimentos. Na reunião de conferência de líderes, foi combinado passar o Ponto 5, para o Ponto 4, não é nada do que é dito aqui. Se isso é combinado não ouviu. ----------

Presidente da AF – Afirma que efetivamente, isso é combinado na conferência de líderes. Foi levantada a questão como deve ser e posteriormente colocada à Assembleia para ser decidida. O Sr. Deputado refere o adiantado da hora e como já o sabiam, propõem a antecipação do Ponto 5, para o Ponto 4, mas como são 23h e ainda não entraram na O.T., coloca à consideração desta Assembleia, a proposta colocada pelo Deputado Luís Godinho do Aqui há Porto-RM. De seguida, pergunta quem vota contra. Quem se abstém. Esta proposta foi aprovada por unanimidade. De imediato, passa do Ponto 5, para o Ponto 1 da O.T. De seguida continuam com a Ordem conforme está. Agradece para que da próxima vez, façam isto em conformidade. Pergunta se mais alguém quer fazer alguma intervenção política. De seguida informa que os Trabalhos da Assembleia, são interrompidos durante 5 minutos, e depois o Sr. Deputado do B.E., faz a sua intervenção política. ----------

Após o reinício dos Trabalhos, dá a palavra ao Deputado Miguel Semedo. ----------

Miguel Semedo (B.E.) – Nesta sua intervenção lê um documento que passa a citar: "Há alguns dias atrás, um mar de gente encheu as ruas do Porto, incluindo o nosso Centro Histórico, para celebrar o 48º Aniversário do 25 de Abril de 1974. Data da Revolução que fez nascer a nossa democracia. A Revolução que acabou com a guerra colonial, com as prisões políticas, com as desigualdades extremas, permanentes e acima de tudo com o silêncio forçado da opressão. Trouxe-nos o direito à greve, o direito de associação e manifestação, o salário mínimo, o Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social e a escola pública. Trouxe-nos também, e achamos importante dizê-lo aqui, esta democracia local, com pluralidade e diversidade de opinião. Enquanto nos apelam a que esta Democracia Local, deixe de existir ou se torne residual, nós devemos mostrar que ela importa na vida das pessoas, independentemente das discordâncias políticas ou ideológicas que tenhamos. Eu diria mais, precisamente para que essas diferenças continuem a existir, o tempo de pensamento único e de que poucos devem mandar em muitos acabou nessa madrugada de 24 para 25 de Abril de 1974. Este ano pela 1ª

vez, celebramos temos agora mais tempo de democracia, do que de ditadura no nosso país. Contudo, no Bloco não queremos apenas mais tempo de democracia, mas sim cada vez mais democracia. Em 2022, ainda não estamos satisfeitos. Hoje, podemos usar a voz e os direitos trazidos pela Revolução, para dizer que ainda há muito para fazer pela democracia, que traga a igualdade a cada rosto, como cantava Zeca Afonso. Para nós, a voz trazida pela Revolução não é apenas um direito, é um compromisso. Há muito a fazer para uma democracia em igualdade. Tão perto do 1º de Maio, o Dia do Trabalhador, não podemos deixar de assinalar no tanto que há a fazer pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. O capitalismo selvagem baseado numa economia extrativista e na acumulação de riqueza e expropriação de salários, tem tido um poderoso e aliado nestas últimas décadas. A presença cada vez mais forte do discurso individualista em relação ao coletivista. As consequências desse individualismo são diversas na humanidade, mas tem reflexos nas relações laborais. O individualismo sustenta uma competitividade entre a classe trabalhadora, que apenas alimenta a acumulação de riqueza de quem explora. Nos últimos anos, por exemplo, temos observado um declínio na negociação coletiva, ou a substituição de contratos de trabalho, por falsas prestações de serviço, falsos freelancers, profissionais liberais, colaboradores, estagiários, etc. Uma enorme diversidade de novos nomes que apenas servem um único e velho propósito, aumentar o bolo do salário que é retirado do bolso dos trabalhadores. A evolução de percentagem dos contratos de trabalho, em relação a todas estas formas alternativas, é negativa. Quantos de nós, hoje, não acham que o contrato de trabalho a termo incerto é um privilégio, até mesmo um luxo. Quantos de nós, hoje, conhecemos alguém da nossa idade que tem um contrato de trabalho sem termo. Quantos de nós, hoje, recebem um pagamento extra por realizar trabalho em horas extraordinárias? Hoje em dia são cada vez menos e esta é uma realidade que tem de mudar no caminho da igualdade. Pelo espírito livre e revolucionário de abril, com a solidariedade e coragem de Maio, essa mudança tem que ser o nosso compromisso, pelo presente e pelo futuro", fim de citação. ----------

Presidente da AF – Intervém para perguntar se podem passar à O.T., conforme sugestão apresentada. Assim sendo, vamos entrar no Ponto nº 1, que era o Ponto nº5 da O.T. "Aprovação do Relatório Final do Concurso do Orçamento Colaborativo, sua calendarização e implementação das candidaturas a apoiar nos termos do nº 2 do art.º 6º Anexo I do Contrato Interadministrativo". De seguida dá a palavra para intervir ao Sr. Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Começa a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, bem como a quem assiste on-line. Afirma que pela 1ª vez, esta União de Freguesias, está em condições de aprovar o apoio a 13 Entidades, no Orçamento Colaborativo. Entende que é feito um trabalho deste Executivo e agora a Assembleia está em posição de conseguir apoiar estas 13 Entidades. ----------

Presidente da AF – Pergunta aos Deputados da Assembleia, quem se quer inscrever para intervir. Inscrevem-se os seguintes Deputados: Abílio Santos do PS, Vítor Vieira da CDU, Natacha Meunier do PAN e Miguel Semedo do B.E. Dá a palavra ao Deputado Abílio Santos, para intervir. ----------

Abílio Santos (PS) – Afirma que é uma intervenção muito rápida, porque quer apenas perguntar ao Executivo, 4 questões. Em 1º lugar, o PS entende que devem conhecer os

projetos e os orçamentos, para saberem se os valores atribuídos se justificam ou não. Na 2ª questão querem saber o porquê de ser atribuído 7.950.00 € ao Sr. José Manuel Oliveira Martins "Há Fado na Freguesia". Querem saber qual o motivo e o que vai fazer em benefício da Freguesia? Por outro lado, também só 13 é que são contempladas, quando 30 recebem pontuação. Por outro lado, todos os valores que foram solicitados, foram atribuídos, exceto à Cooperativa Árvore. Também querem saber o motivo e a razão. ----------

Presidente da AF – Informa que o Sr. Presidente da Junta dá informações no final das intervenções. De imediato dá a palavra para intervir ao Deputado Vítor Vieira. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que vem falar para colocar algumas coisas claras. Em edições anteriores do chamado Orçamento Colaborativo, que é uma invenção do Presidente da Câmara e do seu grupo, para atribuir algumas verbas às Juntas de Freguesia, para apresentarem algum trabalho e que nunca funcionou muito bem. Aqui nesta União de Freguesias, ocorreram coisas graves, que levaram a um desaparecimento de dinheiro que seria, supostamente, para um projeto de recuperação do Mercado S. Sebastião. Não sabem como está esse processo, se a Junta se prepara para executar aquilo que é aprovado, financiado e que não foi feito, se se vai devolver o dinheiro à Câmara, não sabem nada disto. O que sabemos, graças a essas confusões, nesta edição do Orçamento Colaborativo, a Câmara impôs um determinado modelo de funcionamento. Esse modelo de funcionamento, estava praticamente especificado, no Contrato Interadministrativo assinado. O que depois aconteceu, durante a discussão do Plano de Atividades e Orçamento, como já anteriormente afirmada essa vontade, todos afirmam a vontade de que fosse esclarecido e votado nesta Assembleia, um Regulamento, claro, transparente e que não permita que volte a ocorrer situações como as anteriores. Há o acordo da Junta para se fazer esse Regulamento, houve uma Sessão da Assembleia convocada para discutir o Regulamento e durante essa Sessão, a Junta retira o Regulamento de votação. O que depois se assiste, que o Procedimento, ele próprio assiste porque esteve presente a partes dele, o Procedimento tem vários problemas que podiam ter sido evitados se existisse um Regulamento. Neste momento, há situações que foram aqui mencionadas de dúvidas sobre as ligações, entre o Júri e os candidatos. Não é claro aquilo que se passa. A CDU, tal como fez em relação ao Regulamento, não existindo Regulamento, a CDU está contra esta solução. Sem desprimor algum, a quem colaborou no Procedimento, sem desprimor para os membros do Júri, a CDU não vai subscrever ou apoiar os resultados deste processo. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra à Deputada Natacha Meunier. ----------

Natacha Meunier (PAN) – Afirma que relativamente a este Relatório, que é apresentado do Orçamento Colaborativo, querem frisar que é solicitada por parte do PAN, a listagem das candidaturas apresentadas, nomeadamente dos projetos que elas incluem, de forma a poderem ficar a conhecer os melhores projetos da Freguesia e a necessidade das Associações e também poderem apreciar as melhores decisões tomadas pelo Júri. Listagem essa que não é enviada. Acham que este processo é pouco transparente e com pouco escrutínio face aos projetos aprovados. Aproveitam mais uma vez, para lançar o desafio ao Executivo, para que seja mais inclusivo na avaliação dos projetos, candidatos, na ponderação e da pontuação do Júri e público. Lamentam

ainda, que nenhuma Associação de bem-estar animal seja contemplada. Relembra que numa intervenção, numa Assembleia lançaram o repto, para que essas Associações sejam contempladas, pois neste Relatório nenhuma delas o foi e ainda a Associação de Albergues Noturnos do Porto. Entendem que prestam um apoio na Freguesia e que fica de fora deste Orçamento, nomeadamente uma Associação que apoia pessoas com problemas de dependência, que muitas vezes é esta a única linha de apoio aos mesmos. Por isso, não vêm com bons olhos as decisões tomadas neste processo e que transparecem agora, neste Relatório enviado. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Deputado Miguel Semedo. ----------

Miguel Semedo (B.E.) – Intervém para dizer que mesmo sem esmiuçar todos os procedimentos que envolvem este processo, importa reforçar que a trapalhada das shortlist que obriga o Júri a retroceder tanto da reclamação das candidaturas, podia ter sido evitada se o Regulamento tivesse sido apreciado em Assembleia, conforme defendido por várias forças políticas, nomeadamente também pelo B.E. Efetivamente na intervenção que prepararam para a Assembleia .....têm chamado à atenção, no Ponto 2, para as imprecisões do Regulamento, nomeadamente para o facto de não ser clara, a linha de corte para a tal shortlist. Ora, para criar esta shortlist, o Júri acaba por utilizar critérios de exclusão que não estão no Regulamento. O que contraria qualquer boa prática que merece e bem a reclamação de várias candidaturas e obriga o Júri a retroceder. Ora, quando apresentam as suas propostas na Assembleia de 3 de fevereiro, o Sr. Presidente da Junta veio a este palanque acusar o B.E. de quererem eles próprios fazerem o Regulamento, numa estranha maneira de ver a participação democrática e colaboração institucional para o melhor e mais correto funcionamento das ações e projetos, o mesmo comportamento parece desenhar-se no fundo do apoio ao Associativismo Portuense, uma vez que remeteram no passado dia 18 de fevereiro, uma sugestão para o Júri, através do Sr. Presidente da Assembleia e na sequência de propostas avançadas, na referida Assembleia de 3 de fevereiro. A resposta até ao momento é zero. Não sabem se é considerada, se é discutida ou se foi diretamente para o cesto dos papéis. Em todo o caso, congratulam-se pela participação da comunidade e pelo número de projetos apresentados. O que vem provar a importância destes programas e das verbas que lhes são atribuídas. Por fim, sugerem também, como também já foi referido por outras forças políticas, sobre os resultados e transparências dos processos, que de futuro o Relatório final do Orçamento Colaborativo, inclua também uma breve sinopse dos projetos candidatados e dos projetos aprovados. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Afirma que vai ser breve. O Orçamento Colaborativo, é um Orçamento que lhes é legado pela CMP. Entende que é bastante importante apoiar Instituições e Entidades da Freguesia com 150.000,00€, mas quer salientar que isto não é uma invenção do Presidente da Câmara, visto ser uma necessidade dos fregueses, uma necessidade das Freguesias. É preciso apoiar os projetos, é preciso apoiar as Instituições que estão a passar por dificuldades. No seu entender, acha bastante importante este Orçamento Colaborativo. Fica satisfeito por conseguirem apoiar 13 Entidades, das 30 que são apresentadas, num global de 850.000,00€. É impossível apoiar todas, pois estamos limitados a 150.000,00€. Afirma que o Deputado

Abílio Santos, pergunta porque é que das 30 só são 13, porque os 30 totalizam 850.000,00€ e porque é que são apoiados estes 13, porque a Câmara delega competências no Júri e o Júri é que decide. Não é o Executivo, não é a Junta, não é a Assembleia que fazem o Regulamento. Quem faz o Regulamento e por isso o retira da Assembleia, porque entende que não tem competência esta Assembleia de fazer um Regulamento, quando a Câmara delega competências no Júri para o fazer. Se é o Júri que tem competências para o fazer, pede desculpa, mas têm um bom Relatório final, o Júri trabalhou muito bem. Pela 1ª vez, 13 Instituições desta Freguesia vão ser apoiadas. Pede desculpa às outras 17, não foram, mas talvez sejam para o ano, não sabe se vão ser as mesmas Instituições, tem a certeza de que serão os melhores projetos para a Freguesia e esses é que devem ser apoiados, os melhores projetos para a Freguesia, para os nossos fregueses e não Instituição A ou Instituição B. A CDU fala das verbas do Mercado S. Sebastião e tem a dizer que já falou sobre este assunto. A verdade é que o dinheiro não há, o que custava em 2019 em obras, agora custa 3 ou 4 vezes mais. Sobre este assunto, informa a Câmara e aguarda uma resposta, sobre o Orçamento. No entanto, estão a trabalhar e resolvem este ano o assunto do Orçamento. Quanto ao Regulamento, já está esclarecido. Afirma que fica registado desde o início, que a CDU é contra este apoio, pois não acha interessante. Desde o início que vota contra o Orçamento Colaborativo, pois quando o mesmo veio a esta Assembleia para ser votado, a CDU vota contra. Afirma que é para ficar registado que a CDU vota contra. Quanto ao PAN, pretende saber sobre os projetos. Informa que decorreram 2 sessões públicas, em Sto. Ildefonso. Explica o porquê das 2 sessões públicas, porque existiram 2 candidaturas que foram parar ao Spam, em tempo útil e posteriormente como existiram algumas Entidades que afirmam que não apresentaram, etc. Chegam à conclusão de que essas 2 candidaturas, que chegaram em tempo útil, mereciam a apresentação- Então, fazem uma nova sessão onde as 30 candidaturas apresentam o seu projeto ao Júri e ao público presente. Existiram 46 votos sobre as 30 candidaturas. Existe uma sessão pública onde estavam presentes 46 pessoas a votar nos 30 projetos. Pensa que responde a tudo e agradece. Explica que o Júri tem competência e na sua opinião entende que fez um bom trabalho. São sempre apoiados os melhores projetos. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Deputado Vítor Vieira. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Informa que vai falar para Defesa da Honra. Solicita ao Sr. Presidente da Junta, que olhe para ele e que não volte a fazer o que fez, acusar a CDU de coisas que não faz. O Sr. não pode atribuir intenções que a CDU não tem. A CDU defende o melhor para todas as Associações, por isso é que quer um Regulamento claro e transparente. O que acontece aqui, é que logo naquela altura, alertam que tal como estava aquele documento, tinham de ser aceites todas as candidaturas, fossem 10 ou 1.000. Tinha de ser possível votar toda a população da Freguesia, pois existiam erros naquele documento. O Sr. insistiu que tinha de ficar assim. Existe uma 1ª situação, em que ficaram 16 candidaturas ou lá quantas eram e depois existe a história do Spam, existe a história disto e daquilo, uma trapalhada completa. Existem pessoas aí a argumentar, que iriam recorrer ao abrigo do Código do Processamento Administrativo e esse receio de ainda piorar mais é que leva a uma repetição do processo. A emenda pode ter sido eficaz, mas o processo está inquinado desde o

início, por falta de um Regulamento transparente, porque o que veio da Câmara não chega. Afirma que o Sr. Presidente aceita fazer um Regulamento, mas depois retira o documento. Têm muita pena, mas a verdade é que a CDU quer que as Associações e Coletividades da Freguesia sejam apoiadas, quer que os projetos sejam apoiados. Este processo do Orçamento Colaborativo, na opinião da CDU, não é o mais apropriado para o fazer, existem outras maneiras. Espera que o Fundo para o Associativismo, não volte a acontecer algo como que aconteceu aqui, porque nesse caso, não está nenhum Regulamento pré-preparado pela Câmara. Temos que ser aqui nós, a Assembleia, a definir, a aprovar o Regulamento para isso. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Intervém para dizer que está aqui presente o Sr. Dr. Esteves de Aguiar que é quem conduziu todo o processo. Afirma quem retira o documento e volta a dizer aqui que esta Assembleia de Freguesia e o Executivo não têm competência nenhuma para fazerem um Regulamento. Afirma que não diz nada que o Sr. Vítor não tivesse dito aqui. O Sr. Deputado vota contra o Orçamento Colaborativo a 1ª vez e afirma nesta sua 1ª intervenção que é contra a forma como está feita este Orçamento Colaborativo. É o que o Sr. Deputado que o afirma e não eu. O que afirma é que a CDU desde o início está contra este Orçamento Colaborativo. Entende que é bastante importante para a Freguesia, para os fregueses, apoiar 13 Instituições e volta a referir que é bastante importante. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Deputado Abílio Santos. ----------

Abílio Santos (PS) – Afirma apenas que o PS vai abster-se pelo facto de não ter elementos suficientes para analisar o documento, que é precisamente a falta de projetos. Os projetos que são apresentados, a Assembleia deveria ter acesso essa informação. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Afirma que é muito rápido e que é só para dizer que as Entidades apresentam os projetos ao Júri e à Assembleia chega o que o Júri decide. Se as Entidades tivessem que apresentar aos Membros da Assembleia, eram os Membros da Assembleia a decidirem, mas não é isso que acontece. Os Membros da Assembleia têm de aprovar o que o Júri decide. Se o Júri decide assim, esta Assembleia tem sempre o poder de reprovar ou aprovar. Existem 13 Entidades em que o Júri diz assim: São os melhores projetos para esta Freguesia. O Júri decide, é credível. Afirma que já demonstrou que o Júri é credível. ----------

Presidente da AF – Intervém para perguntar se mais alguém pretende usar da palavra. Dá a palavra ao Deputado Miguel Antunes. ----------

Miguel Antunes (PSD) – Intervém só para colmatar o assunto do Sr. Presidente da Junta. Afirma que percebem que existem algumas areias na engrenagem, que fez alguma confusão e que levanta alguma poeira. As coisas seguramente correram dentro dos trâmites legais. Desta vez são 13 e aquilo que esperam é que tanto o Executivo como todas as bancadas presentes, é que numa próxima, que sejam 26 aprovadas e por aí fora. O trabalho está feito, bem ou mal, a idoneidade das pessoas pensa que não é aqui colocada em causa. Se calhar poderia haver outro tipo de passagem de informação e concorda que sim. Mas entende que todos se errar e todos se podem corrigir. Afirma ao Sr. Presidente para ter força e estão cá para apoiar

iniciativas para a Freguesia, pois são eles que os colocaram aqui. ----------
Presidente da AF - Pergunta se mais algum Deputado pretende usar da palavra. De seguida autoriza a intervenção do Deputado Fernando Oliveira. ----------
Fernando Oliveira (PS) – Afirma que é só para reiterar em nome do PS e para que fique claro que da parte do PS, não há qualquer razão de colocar em causa a idoneidade seja de quem for, muito menos das pessoas que compõem o Júri. Que isto fique claro. Não sirva de pretexto para o Sr. Presidente da Junta, justificar depois o que quer que seja. O que está aqui em causa, é que enquanto Membros da Assembleia, vamos votar esta decisão, que é uma decisão do Júri. Entende o PS, para poderem votar em consciência, devem estar munidos de documentos, como aqui já foram referidos, que primam pela sua ausência. Não lhes são dados e por esse motivo, não estão em condições, em consciência, de poder votar isto à-vontade. É só isto que está aqui em causa. ----------
Presidente da AF – Dá a palavra ao Sr. Presidente da Junta, solicitando que o faça o mais breve possível, porque há mais pontos a ser discutidos, da O.T. ----------
Presidente da Junta – Afirma que se estivesse no lugar do Deputado Fernando Oliveira e se fosse muito interessante para ele conhecer todos os projetos, tinha vindo à sessão pública, como o Sr. Vítor veio e teria visto. Perante o interesse de conhecer todos os projetos, também poderia dirigir-se à Junta e ao Executivo, de ter solicitado que gostava de conhecer todos os projetos que entraram. Afirma que nunca lhe seriam negados. ----------
Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Deputado Fernando Oliveira. ---------
Fernando Oliveira (PS) – Dirige-se ao Sr. Presidente da Junta, para afirmar que dele não aceita nem admite qualquer tipo de lição que lhe queira dar, sobre o que quer que seja. O Sr. Presidente da Junta não é ninguém para dizer aquilo que veio agora mesmo transmitir. É um eleito desta Assembleia de Freguesia e é isso que está aqui em causa. O Sr. por acaso sabe se poderia vir, ou se estaria cá para poder estar presente na sessão pública, para colocar em causa o seu interesse ou desinteresse, do que quer que seja. Afirma que o Sr. Presidente não deve ir por aí. É Membro eleito desta Assembleia de Freguesia, tanto eu como qualquer outro Membro desta Assembleia. Têm todo o direito de estarem munidos da documentação aqui referida. O Sr. Presidente não tente virar aqui as coisas ao contrário. Há ausência de documentos, é a minha opinião. Discorda da opinião do Sr. Presidente, pois não temos todos de concordar com o Senhor. Afirma que pessoalmente não concorda. ----------
Presidente da AF – Intervém para dar a palavra à Deputada Natacha Meunier. ----------
Natacha Meunier (PAN) – Afirma que relativamente à sua intervenção do Sr. Presidente, onde afirma que se fosse solicitada essa listagem, esses documentos que seriam enviados e efetivamente o PAN solicitou. Quer apenas dizer isto. O PAN muito antes de se realizar a sessão pública, faz chegar à Mesa, um pedido dessa listagem para poderem analisar os projetos e para poderem conhecer melhor. Reafirma que enviaram por e-mail com um pedido à Mesa, a solicitar a listagem das candidaturas, dos projetos e dos documentos que as acompanhavam. Essa listagem nunca chegou. Como afirma e concorda com o que foi dito, efetivamente essa documentação é necessária para poderem ter uma melhor avaliação das necessidades das Associações que se candidatam. Desta forma, podem fazer uma análise criteriosa, não colocando mais uma vez em causa, a avaliação do Júri. Como Membros da Assembleia de

Freguesia, têm funções de colocarem estas decisões numa postura de crítica construtiva, claro que sim. Relativamente à sessão pública solene, afirma que gostava de ter estado presente, mas infelizmente estava a trabalhar. Daí muitas vezes, ser também necessário, pois pediram essa documentação, pediram essa documentação porque nem sempre lhes é possível estarem presentes nas sessões, que apesar com muita pena sua estava a exercer a sua atividade profissional e gostaria de ter a possibilidade de analisar documentos, sem estar presente na sessão pública solene. ---

Presidente da AF – Afirma que não consegue, neste momento, avaliar. E que tem por hábito, enviar tudo o que lhe pedem. Presentemente, não tem elementos disponíveis, para aferir deste envio/receção. ----------

De seguida dá a palavra ao Sr. Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Intervém para dizer que quer descansar os Srs. Membros da Assembleia, que se existe aqui, erro dos Serviços e que eles não mandam, não tem qualquer problema. É o 1º Orçamento Colaborativo e ele próprio é o Presidente da Junta há 6 meses. Tem humildade para reconhecer, que no próximo ano fará melhor e no próximo ano recebem tudo direito. Reafirma que foi realizado um excelente trabalho. ----------

Presidente da AF – Intervém para perguntar se mais algum Deputado pretende intervir sobre este Ponto da O.T. Como ninguém se manifesta para o fazer, informa que vão passar de imediato à sua votação, referente ao Ponto 1 "Aprovação do Relatório Final do Concurso do Orçamento Colaborativo, sua calendarização e implementação das candidaturas a apoiar nos termos do nº 2 do artigo 6º Anexo I do Contrato Interadministrativo", cuja votação é a seguinte: Votos a favor: 10, sendo 6 do Aqui há Porto-RM e 4 do PSD. Abstenções: 5, sendo 3 do PS, 1 do BE e 1 do PAN. Votos contra: 2 da CDU. ----------

De seguida informa que vão passar ao Ponto 2 da O.T. "Aprovação das Atas de Assembleias anteriores". Informa que vão começar pela **Ata nº 2 – Tomada de Posse,** do dia 21/12/2021. Informa que existem algumas alterações na Ata que não estão na posse dos Srs. Deputados e passa a citar muito telegraficamente: Na pág. 4, na 10ª linha, está inverso e não universo. Afirma que essas alterações estão contempladas no documento final. ----------

De seguida dá a palavra para intervir ao Deputado Vítor Vieira. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Intervém para afirmar que tem de se louvar o trabalho exaustivo que existe na transcrição de quase vírgula a vírgula do que é dito. Na sua opinião entende que se calhar é excessivo, se calhar têm de repensar em fazer uma coisa mais sucinta. Há erros de gralha, de ortografia e que enviaram um conjunto de correções que naturalmente foram corrigidas. A única situação que os preocupam é que em relação às intervenções do camarada João Gonçalves é que são entregues por escrito e é referido que interveio e que a intervenção ficava em anexo. Entende que em situações como estas, se faça uma relação sucinta ao conteúdo do que é dito. Mesmo em relação a tudo o resto, mesmo nos diários das Sessões da Assembleia da República, não são tão exaustivos. Entende que de ser importante ter um trabalho de síntese para ficar mais ágil e até para permitir uma melhor consulta, pois as gravações estão sempre disponíveis. ----------

Presidente da AF – Intervém para agradecer a sugestão do Sr. Deputado, mas como devem compreender, a transcrição das Atas não é tarefa fácil. Aproveita para felicitar as distintas colaboradoras, o ouvido apurado de todos que usam da palavra para intervir. Informa que a Mesa está a tentar apurar as pessoas que estiveram presentes e que se não se importam, passam para a frente e depois voltam à Ata nº 2, assim que receberem o documento dos membros que estiveram presentes. ----------

De seguida informa que na Ata nº 3, também existem algumas retificações que estão contempladas no documento. De seguida, informa quais os Deputados que estavam presentes na referida sessão para poderem exercer o seu direito de voto e de imediato é colocada à votação a Ata nº 3, do dia 30/12/2021 – Assembleia de Freguesia Ordinária, a qual é aprovada por unanimidade dos presentes no dia desta Assembleia. De imediato passam para a Ata nº 4, com apenas só uma nota. Na intervenção do Sr. João Gonçalves solicitam também fazer um resumo sucinto da Ata o que fica contemplado no documento anexo. Não é feito esse reparo, mas o anexo é apenso à Ata. Existem algumas retificações que estão contempladas no documento. De seguida informa quais os Deputados que estavam presentes na referida para poderem exercer o seu direito de voto. Colocada a votação a Ata nº 4 do dia 14/01/2022 - Continuação da Sessão Ordinária de 30/12/2021 a mesma é aprovada por unanimidade dos presentes no dia desta Assembleia. ----------

Relativamente à Ata nº 2, tendo as correções sido referidas é estabelecida a votação da Ata. Pergunta se alguém vota contra? Dos presentes, todos votam a favor. Informa que a mesma é aprovada por unanimidade dos presentes na Sessão. ----------

De seguida, informa que marcam 00h10 no relógio e pergunta se devem ou não prolongar esta Sessão ou continuar numa outra Sessão. Coloca a questão ao Plenário da Assembleia se concorda em prolongar um pouco mais os Trabalhos. O Plenário da Assembleia decide que é melhor adiar para outra Sessão, mas é uma continuação. Pergunta se pode ser no dia 6 de maio, mas não é obtido consenso. ----------

De seguida, informa que tem uma inscrição no público para falar. De imediato dá a palavra ao elemento do público para falar. ----------

Angelina Jesus – Nesta sua intervenção informa que devido ao pedido de síntese, já cortou nas intervenções que pretendia fazer e fica para uma próxima. Informa, para quem não conhece, que mora na Rua Dr. Barbosa de Castro, pois situa-se precisamente entre o Jardim da Cordoaria e o Passeio das Virtudes. Afirma que vai ler o que escreveu, porque no seu entender é mais fácil e vai utilizar o poder de síntese, conforme o Sr. Presidente da Assembleia sugere. Afirma que vai falar sobre o tema "Segurança e Qualidade de Vida" e vai colocar apenas 2 questões, uma no início e outra no final da sua intervenção. A 1ª questão é e passa a citar: "O que tem sido feito pelo atual Executivo para zelar pelo bem-estar da população e para que a União de Freguesias seja um local aprazível, mas mais do que aprazível, seguro, tranquilo e saudável para se viver, trabalhar, estudar ou para visitar. Quero deixar claro que não estou a questionar sobre o que está a ser feito pela Câmara Municipal estou a par, como todos, da aprovação da instalação de câmaras de vigilância tal como da Proposta de Revisão do Regulamento da Movida. Também não estou a colocar a questão em relação à atuação da Polícia de Segurança Pública, pois também não é isso que pretendo que seja respondido", fim de citação. Tem conhecido do trabalho que tem

sido feito um trabalho, na sua opinião, extraordinário, eles têm recebido os moradores de uma forma que ela respeita, admira muito e sabem que também existe um reforço noturno, nos locais de diversão noturna, tendo em conta tudo o que acontece e pensa que todos sabem. De seguida informa que vai contar os motivos que a levam a estar hoje nesta Assembleia e passa a citar: "Em 2021, durante a Pandemia, assiste de perto a situações graves e que colocaram em causa a segurança, a proteção a qualidade de vida e até a própria vida", fim de citação. Por exemplo fui ameaçada de ser esfaqueada à porta de minha casa. Volta a citar: "Dos cidadãos dos moradores, dos visitantes, dos estudantes, dos comerciantes e dos trabalhadores da Cidade do Porto, todos em geral. Em junho de 2021 moradores e comerciantes alertaram várias entidades, foi por escrito com carta registada com aviso de receção para a necessidade de tomada urgente de medidas efetivas no sentido de resolver o que se estava a passar à nossa volta. Aproveito aqui para reconhecer e agradecer a todos aqueles que demonstraram a genuína preocupação com as nossas queixas e que agiram no sentido de diminuírem o caos instalado na Cidade. Entre estes a Polícia de Segurança Pública, pelos motivos a quem já referi e também a algumas das pessoas que estão aqui presentes, pois elas sabem quem são. Apesar da falta de resposta por parte de algumas das entidades a que nos dirigimos, assistimos, de perto, a partir de outubro de 20/21, a uma série de ações concertadas, desenvolvidas pela PSP com a Polícia Municipal", fim de citação. Afirma que se se recordam da apreensão de colunas e que finalmente puderam dormir. Passavam dias sem dormir durante a semana até trabalharem no dia seguinte. Volta a citar: "Sem dúvida que aliado também à chegada da chuva e do frio, coincidiu e tudo isso contribui para a garantia da manutenção da ordem, da segurança e da tranquilidade pública. No entanto sabemos que com o regresso do bom tempo que está a chegar, com a chegada do turismo e dos movimentos associados aos estudantes, é quase certo que os problemas, se não forem contrariados, encontrarão reunidas todas as condições para se desenvolverem", fim de citação. Dá exemplo que no dia seguinte tem a Serenata à sua porta e a sua casa é uma casa de banho pública a noite toda. Afirma que quem quiser pode lá ir assistir pode fazê-lo, porque não é vergonha nenhuma. Volta a citar: "Parece-me ser evidente que nem as câmaras de vigilância nem o novo Regulamento da Movida são suficientes para resolver todos os problemas que atingem hoje de forma preocupante a Cidade do Porto. Outras situações irregulares com que me deparo vou apenas referir algumas: Por exemplo, Iluminação pública deficiente, existem ruas e jardins da Cidade que se mantêm às escuras durante bastante tempo apesar dos constantes pedidos de reparação. Tiveram a Cordoaria às escuras durante bastantes meses e nem a polícia via o que se passava dentro do jardim. Insalubridade causada também por essa inexistência de casas de bano públicas, a que obriga, se calhar eu faria o mesmo e se calhar é erro eu dizer isto, as garagens subterrâneas, as casas dos moradores, qualquer árvore ou parede sirvam como tal. Outra situação é a utilização abusiva dos passeios porque perdem a sua finalidade porque estão ocupados, tanto por esplanadas como por carros mal-estacionados, o que impedem a passagem a peões. Outro dos problemas é a intervenção deficiente por parte da Polícia Municipal no que diz respeito às suas atribuições e competências. Os pedidos de intervenção muitas das vezes não são atendidos sendo vários os motivos apresentados como justificação para o não

fazerem. Digo isto à-vontade pois as chamadas são gravadas e chego a ligar 5 vezes por noite. As desculpas que dão estão gravadas não vai referir e se um dia for preciso provar julga que estão gravadas, pois julgo que está tudo gravado. Existe muito vandalismo pois com frequência vi sinais de trânsito caídos e caixotes do lixo destruídos. Há uma grande falta de civismo durante o período do entardecer, especialmente, até à manhã seguinte, especialmente durante o fim de semana, são frequentes os gritos, os cânticos, a utilização via pública como casa de banho, a questões verbais e a violência física. Informa que há um consumo exagerado de álcool, venda e consumo de substâncias psicoativas que provocam comportamentos violentos e perturbadores. O ano passado viam zombies na cidade, só quem lá esteve é que viu. Os miúdos em bando agridem-se uns aos outros só porque sim, os esfaqueamentos eram uma constante ali à volta. Outra das situações é o desrespeito geral talvez pelo desconhecimento do Regulamento Geral do Ruído, tanto por comerciantes como pelos frequentadores da Cidade. Não havendo dúvidas, julga, para além de um problema de segurança pois têm também já é um grave problema de saúde pública, que afeta não só os moradores, pois aí é que está. Se prezamos tanto os visitantes têm de começar a levar isto muito a sério, porque se não eles vêm uma vez e não vêm mais. Não afetam só os moradores, mas muitos que frequentam a cidade, tanto por lazer, por quem estuda e até para quem tenha o seu próprio trabalho. Por exemplo, os comerciantes que são afetados, são precisamente aqueles comerciantes que têm Alojamento Local. Tenho na minha rua pessoas com Alojamento Local que não recebem turistas porque eles o ano passado não podiam dormir. Imaginem as críticas que eles terão ouvido, devem ir embora em breve. Nada do que direi agora a seguir é original, já foi tudo inventado porque acha que não deve dizer só o que é errado, mas se calhar também tem o dever de apresentar possíveis soluções. Nada do que eu digo foi o que eu inventei, está tudo inventado. Por exemplo, quando nos falta soluções, quando achamos que não existem soluções para o problema poderemos fazer, por exemplo, o que é feito nos outros países e isso é um exercício fantástico. O meu filho é guia turístico e eu sei que se faz nos outros países, pois estão um passo à nossa frente. Eles já passaram por aquilo que nós estamos a passar. Por exemplo, fazer um concurso ideias, envolver os jovens, essas pessoas. É um concurso de ideias, plano para apresentar soluções para um problema que nos parece tão complexo, e é. A outra situação é ouvir os cidadãos, pois consegue estar aqui, mas os idosos, pensa muito nos idosos, porque da minha rua não conseguem estar aqui. Um dia espera também ser idosa e gostaria que se lembrassem de mim quando em estiver em casa e não puder sair à rua. Parece-me essencial quanto a estas questões apresentadas em envolver os cidadãos na resolução dos problemas que os afetam, é a minha opinião. Então vai apresentar algumas das sugestões que encontrei entre muitas, pois isto é só uma breve ideia. Possíveis soluções para alguns dos problemas: A maior urgência na minha opinião é criar casas de banho, casas de banho públicas, mesmo os antigos urinóis desapareceram e não sabem porquê, mas os outros países têm-nos e porque é que nós não temos? Outra situação é em vez de criarmos apenas Regulamentos que vão sancionar, nós deveríamos trabalhar antecipadamente, devíamos fazer intervenções preventivas, nem meramente reativas nem sancionatórias. Vou dar apenas um exemplo: Nós poderíamos fazer ações de sensibilização e formação direcionadas a

comerciantes e consumidores tendo em vista a proteção de infrações bem como o alerta para a necessidade de cumprimento de normas. Como exemplo, crê que uma grande parte daqueles que deambulam durante a noite no centro da Cidade do Porto aos gritos, de copo na mão, desconhecem por completo que ali mora gente. É verdade se sair à janela, embora o ano passado não pudesse sair, solicita que falem mais baixo porque aqui moram pessoas. Eles pedem desculpa e param. Parece mentira, mas é verdade, acontece. Eles ignoram, mas nestas casas vivem gente. Ignoram por completo. Era possível, por exemplo, um dos exemplos e corrigem no momento a existência de avisos, sinalética a informar que nesta zona moram pessoas, algo semelhante e simples, uma coisa até simpática. Na Grécia existe algo como: "Sejam bem-vindos, mas não se esqueçam que nós moramos aqui em Portugal", algo do género. Poderíamos fazer também, por exemplo, como Amesterdão que fez uma campanha muito boa. Há uns anos atrás, Amesterdão não aceita comportamentos ofensivos. ----------

Presidente da AF – Solicita o favor de usar o poder de síntese que já fez no início. -------

Angelina Jesus – Afirma que já cortou, mas está a acrescentar muita coisa e pede desculpa. Outra situação e volta a citar: "era ações de proximidade por parte da Junta, aquela tal situação dos idosos junto dos cidadãos em que sejam apresentadas as preocupações e dificuldades daqueles que não podem cá estar. Seria muito interessante ações de informação também e acha muito importante também para os jovens, sensibilização e acompanhamento vocacionados para os mais jovens, no âmbito das adições de dependência, especialmente para as substâncias psicoativas", fim de citação. Por último vai colocar a 2ª questão. Se a resolução de alguns destes problemas que apresenta se não for da responsabilidade da Junta de Freguesia, provavelmente não são, sendo que constituem atribuições da Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município, que medidas pensam tomar para solicitar a intervenção das entidades responsáveis? Termina e agradece. ----------

Presidente da AF – Afirma que não tem de pedir desculpa, só têm a agradecer a sua presença. De imediato dá a palavra ao Sr. Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Afirma que a D. Angelina sabe que ele mora 50 metros abaixo da residência desta Srª. Quando fala em proximidade das pessoas, o próprio passa à sua porta 6 vezes por dia, fala com todos e tenta resolver os problemas de todas as pessoas. O problema do confinamento é que trouxe jovens para o Passeio das Virtudes durante a noite a fazer barulho. Informa que andava em Campanha e andava sempre a falar com o Presidente da Câmara, no sentido de acabar com as colunas. A Polícia Municipal encontra uma lei que permite apreender 35 colunas e acabam as colunas. Isto é algum do trabalho que fez quando ainda não era Presidente da Junta. Como Presidente da Junta propõe a introdução do Passeio das Virtudes no Gabinete da Movida, para entrar no Regulamento da Movida, porque as Virtudes não estavam introduzidas na Movida. As faltas de casas de banho, é feito um estudo pela CMP, em que em cada 10 pessoas, 1 vai à casa de banho. O problema que se coloca aqui é um bocadinho de falta de civismo e da Ordem Pública, que é da competência da PSP, com quem tem participado em reuniões constantemente e sensibilizado para essas questões. É morador e já chamou várias vezes a PSP. É verdade que eles não têm

elementos quem cheguem, pois como sabem, o Governo abandonou as nossas forças de segurança. Com a abertura dos bares e das discotecas, mas pensa que o Passeio das Virtudes acalmou um bocado e já não é o que era no confinamento. Ele próprio mora lá, dorme lá e realmente durante a pandemia, foi muito mau. Anda a tomar medidas e tem andado a tentar, dentro das limitações das Competências da Junta de Freguesia. Uma grande parte das situações que a D. Angelina fala, são crimes de Ordem Pública e está na competência da PSP, nem da Polícia Municipal está. Os estabelecimentos estão na Polícia Municipal e por isso solicita para introduzir o Regulamento da Movida, para serem regulados pelo Gabinete da Movida. Informa que ainda não foi aprovado o novo Regulamento da Movida. Quando for aprovado, o Passeio das Virtudes estará incluído e as coisas por lá serão diferentes, mesmo com os estabelecimentos. Dentro da Junta de Freguesia estão a tentar tudo até porque ele próprio sofre dos mesmos problemas da D. Angelina e de todas as pessoas que ali moram. ----------

Presidente da AF – Intervém para agradecer ao Sr. Presidente da Junta e à D. Adelina. Informa que a Deputada Natacha, do PAN, envia de facto o e-mail a 25 de janeiro. O Presidente responde e encaminha a resposta logo a seguir. ----------

De seguida, informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser votada. A Minuta foi aprovada por unanimidade. ----------

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. ----------

-Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 30 de Abril de 2022, às 01.00 Horas. ----------

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____